

País apressa renegociação da dívida com Clube de Paris

BETH CATALDO

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O rápido desfecho das negociações técnicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) animou o Governo brasileiro a tentar antecipar o cronograma de renegociação de sua dívida externa. A intenção, agora, é a de retomar os entendimentos com o Clube de Paris a partir do "sinal verde" que se espera do FMI para o fim de junho, antes, portanto, da aprovação formal do programa de ajuste da economia brasileira pela instituição, que só deverá ocorrer no início de agosto.

Consta da agenda do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a visita ao Japão, em julho, para discutir o acesso do País aos recursos disponíveis no governo japonês para projetos de desenvolvimento em países endividados.

Mailson visita o Canadá, em junho, quando espera desarmar a resistência dos bancos credores canadenses em conceder novos recursos ao Brasil.

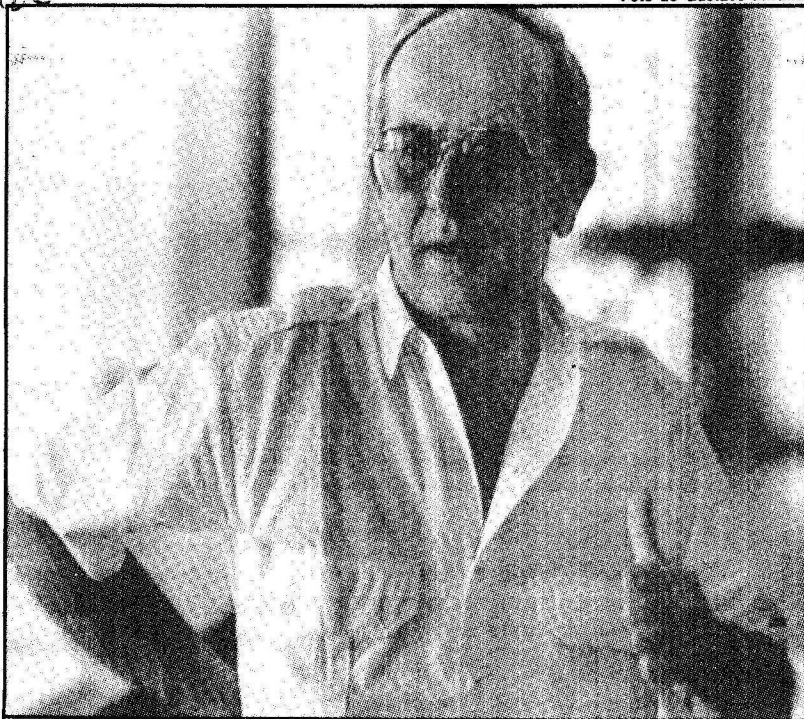
A expectativa no Ministério da Fazenda é de que seja possível encaminhar as oportunidades de negócios abertas no mercado brasileiro em favor de um processo mais ágil nas negociações externas. Os negócios foram impulsionados pelo processo de conversão da dívida externa em investimento e pela formulação de uma nova política industrial.

O Governo conta também com maior receptividade das agências governamentais, ligadas ao Clube de Paris, para reiniciar os financiamentos à importação.

A retomada dos financiamentos é considerada importante pelo Ministério da Fazenda em função do espaço mais generoso para importações de máquinas e equipamentos que se espera abrir no segundo semestre deste ano.

Caso isso não ocorra, teme-se no Governo que o País acabe ampliando as transferências de recursos para o exterior, na medida da evolução do superávit da balança comercial experimentada neste ano.

O ponto mais espinhoso a superar nas negociações externas, entretanto, ainda é o acordo com os bancos credores privados. Mesmo que se cumpra a previsão otimista do Governo de assinatura do termo de contrato com o comitê assessor dos bancos nas próximas semanas, a fase mais crucial desse acordo, que é a conquista da adesão formal ao acordo de pelo menos 90% dos 700 credores privados do País, ainda está por vir.



Reichmann: em duas semanas, estará pronto o relatório sobre o Brasil